

CONSIDERAÇÕES E ELEMENTOS CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Teomar Manduca Aires Leal¹, Suzana Gilioli da Costa Nunes²

¹ Mestre em Gestão de Políticas Públicas – professor IFTO. e-mail: teomar@ifto.edu.br

² Doutora em Administração - professora UFT. e-mail: suzanagilioli@uft.edu.br

Resumo: É importante que seja feita a distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico. Este estudo tem o objetivo de compreender a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico e discutir elementos que supostamente são condição básica ao bem estar das pessoas. Para tanto, foi utilizada uma Pesquisa Bibliográfica buscando compreender fenômenos e reconstruir, teoria e conceitos já existentes acerca do desenvolvimento econômico. Ao finalizar a pesquisa conclui-se que o bem estar social é uma condição que pressupõe mais que o simples crescimento econômico. Destacou-se então, alguns elementos que foram considerados condicionantes ao desenvolvimento econômico: emprego, educação, meio ambiente e saúde. Isso não significa que essa condição se restringe a apenas esses elementos mas que, no atual contexto foram marcantes.

PALAVRAS CHAVE: desenvolvimento econômico, emprego, educação, meio ambiente, saúde

1. INTRODUÇÃO

Naturalmente os governos estão sempre evidenciando ações, informações, dados ou qualquer outro fator que melhore sua imagem junto à população. Um fator de importância relevante que é bastante utilizado são os indicadores econômicos, uma vez que podem, até mesmo, ser convertidos em “capital” político. São informações oficiais e que geralmente são resultados de pesquisas feitas por instituições que inspiram confiança.

Entretanto, sabe-se que nem sempre os indicadores econômicos estão vinculados à segurança, saúde, Educação, enfim, elementos que refletem o bem estar da população. Facilmente podem-se encontrar países, estados ou municípios que apresentam elevados índices de crescimento econômico e que as pessoas não são contempladas com os benefícios desse crescimento, ou seja, o crescimento da renda *per capita* nem sempre é condizente com a realidade vivida pela população.

Em 1872, o índice de Gini¹, uma das possíveis medidas da desigualdade de distribuição de renda, pode ter sido de 0,56, segundo estimativas recentes. Quase cinquenta anos depois (1920), o índice parece ter piorado, chegando a 0,62. Em 1976, outros cinquenta anos decorridos, tínhamos o mesmo valor, 0,62. E, em 2006, o índice era de 0,57, equivalente, então, ao encontrado 130 anos antes. (CARDOSO, 2010, p. 775)

¹ Conforme Souza (2005), o índice de Gini varia de zero (perfeita igualdade) a 1 (perfeita desigualdade). Quanto maior o índice, pior será a desigualdade da distribuição de renda entre as classes sociais de determinado país.

Esta pesquisa tem o objetivo de compreender a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico e discutir elementos condicionantes ao desenvolvimento econômico, ou seja, elementos que supostamente são condição básica ao bem estar das pessoas. Essa abordagem mais social é importante para que se possa compreender que o aporte de capital por si só é um investimento que pode surtir efeito a curto prazo, mas que não se sustenta, ao passo que o aporte de conhecimento, por exemplo, é um investimento de expectativa de resultado a longo prazo, mas que é garantia de retorno e sustentabilidade. Bresser-Pereira (2) destaca Schumpeter dizendo que, o desenvolvimento econômico implica transformações culturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda *per capita* não assegura.

A revisão bibliográfica é uma etapa essencial no desenvolvimento de um trabalho científico, pois é por meio dela que o autor identifica e analisa a produção bibliográfica já existente sobre um determinado tema, possibilitando-o a entender determinados fenômenos, assim como encontrar lacunas ainda não exploradas. “É por meio da revisão bibliográfica que o conhecimento produzido em pesquisas prévias é reportado, destacando conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes para o trabalho.” (GODOY, 2006, p. 10). O presente trabalho pode ser classificado como um estudo teórico. Para (DEMO, 2000, p. 20), “O estudo teórico é dedicado a reconstruir teoria e conceitos já existentes, objetivando aprimorar fundamentos teóricos.” Ainda segundo o autor, “Nem sempre este tipo de método de pesquisa implica em intervenção imediata na realidade, mas pode ser condição para sua intervenção.” Assim, buscou-se nesse trabalho apresentar e discutir alguns condicionantes do desenvolvimento econômico. Para isso, foram consultadas fontes bibliográficas, como livros e artigos que abordavam o tema. Entende-se que o tema estudado é complexo e está em evolução, não sendo possível delimitar com precisão quais seriam seus condicionantes. Portanto, o referencial pesquisado forneceu base para uma discussão do tema, que considera-se inacabado.

2. CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que o mundo está em constante mutação, que as riquezas são cada vez exploradas com mais intensidade e que isso está proporcionando elevação das divisas em muitos países, especialmente das nações em desenvolvimento. Entretanto a geração de divisas nem sempre é sinônimo de bem estar social.

Tradicionalmente, a renda *per capita* tem sido usada como o principal indicador de desenvolvimento. É um indicador importante; porém, como média, camufla a distribuição de renda, não refletindo o nível de bem-estar da população de baixa renda, que pode ser bastante numerosa. Economias com renda muito concentrada, como a dos países exportadores de petróleo do Oriente Médio, possuem altas rendas *per capita*. Existe nesses países, porém, um número reduzido de pessoas ricas, com a maioria da população vivendo na miséria. (SOUZA, 2005, p. 7)

Outro conceito fala que:

Crescimento econômico, constitui um processo através do qual a renda *per capita* dada a uma sociedade se eleva persistentemente. Acompanhando este crescimento, ocorrem transformações estruturais quantitativas e qualitativas. Dentre essas se destacam: diminuição nas taxas brutas de natalidade e de mortalidade, que alteram a estrutura etária da população e da força de trabalho; ampliação do sistema escolar e de saúde; maior acesso aos meios de transporte, de comunicação e culturais; urbanização das atividades de serviços; maior integração com as mais importantes economias mundiais; e

aumento da produtividade média da economia nos diferentes setores da atividade econômica, liderada pelo setor industrial. (CACCIAMALI, 2002, p. 1)

No mesmo pensamento o autor atribui ao crescimento econômico, uma condição ao desenvolvimento e diz que:

O desenvolvimento econômico e humano, por sua vez, pressupõe que, paralelamente ao primeiro processo, a maior parte da população dessa sociedade seja a principal beneficiária das mudanças em andamento. Entende-se que, ao longo do tempo, para a maior parte da população, devam ocorrer melhorias no padrão de vida material, nas condições de saúde, maior tempo de vida, ampliação no exercício da cidadania, e maiores oportunidades de aperfeiçoamento pessoal. Assim, estudos sobre a evolução da distribuição da renda e de outros indicadores sociais são importantes para detectar se de fato o crescimento econômico está atingindo esses objetivos. (CACCIAMALI, 2002, p. 1)

A Tabela 1 representa essa situação de forma bem contextualizada, apresentando números de indicadores sociais referentes a municípios bastante distintos. Faz referência há alguns elementos que são condicionantes ao desenvolvimento econômico por proporcionar bem estar social, sendo assim merecem atenção diferenciada e devem receber investimentos através de políticas públicas efetivas e que geralmente se fazem ser percebidas em um horizonte de planejamento longo.

Tabela 1 *Indicadores sociais*

Municípios	População	IDHM	PIB per capita R\$	Pessoas ocupadas	Pessoas alfabetizadas
Mateiros – TO	2.223	0,607	44.976,22	195	1.369
Campos Lindos – TO	8.139	0,544	30.528,55	484	5.471
Florianópolis – SC	421.240	0,847	26.749,29	303.232	384.852
São Caetano do Sul – SP	149.263	0,862	78.438,17	127.842	139.158

Fonte IBGE (2014)

A tabela 1 compara indicadores sociais de municípios com números distintos e demonstra, através do IDHM, que onde o desenvolvimento econômico é elementar esses elementos condicionantes tem números bem abaixo em relação aos municípios que proporcionam bem estar social mais elevado.

“As economias não se desenvolvem simplesmente porque existem. O desenvolvimento econômico tem sido uma exceção histórica e não a regra. Não acontece espontaneamente como consequência do jogo livre das forças de mercado.” (SACHS, 2008, p. 27)

Certamente, existem muitos elementos que podem influenciar a qualidade de vida das pessoas.

Na concepção de Sem e de Mahbud, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser

instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. (Veiga, 2010, p. 85)

Partindo de pesquisas sobre o desenvolvimento econômico sugere-se alguns pressupostos à esta condição, conforme segue.

2.1. EMPREGO

O trabalho, além de cumprir com uma função social, distribuir renda e diminuir as desigualdades, ainda é capaz de elevar a autoestima das pessoas, pelo respeito e a sensação de estar produzindo algo. Através do trabalho, as pessoas se relacionam, colocam em prática competências previamente adquiridas e desenvolvem habilidades inerentes à função exercida.

Na análise Sachs (2008), sintetizou de forma simples e objetiva argumentos que demonstram que o trabalho é condição essencial ao desenvolvimento.

O desenvolvimento pretende habilitar cada ser humano a manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na procura da autorealização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas (SACHS, 2008, p. 35)

A tabela 1 contextualiza essa análise, pois observa-se que o município de Campos Lindos – TO, apesar de apresentar um PIB *per capita* de R\$ 30.528,55, acima do PIB *per capita* nacional, sofre por sua população ficar à margem dos benefícios compartilhados por pessoas de municípios compatíveis com essa renda. O subemprego, por exemplo, é bastante evidente, pois as pessoas que trabalham equivalem a apenas 5,9% da população do município. É óbvio que as pessoas exercem alguma atividade para sobreviver, porém a tabela se refere às pessoas ocupadas de forma digna, com direito a todos os benefícios de um trabalhador legal. Em contra partida, Florianópolis – SC, com um PIB *per capita* menor, tem 72% da sua população ocupada. Esses números indicam que o primeiro município é um exemplo de má distribuição de renda, onde a riqueza gerada é compartilhada por apenas uma pequena parte dos municípios. São Caetano do Sul – SP também é um bom exemplo de bem estar social nesse quesito, pois as pessoas ocupadas representam 85,6% da população.

Observa-se que o IDHM é um indicador que também destaca a má distribuição de renda de alguns municípios. No município de Mateiros – TO o IDHM é 28,4% menor do que o de Florianópolis, apesar do seu PIB *per capita* ser 40% maior.

Sendo assim, fica claro que o emprego digno é um pressuposto ao desenvolvimento, considerado uma importante ferramenta de distribuição de renda.

Com relação aos critérios de sustentabilidade social, podemos retomar a posição de Dudley Seers, para o qual o crescimento econômico, mesmo quando rápido, não traz desenvolvimento, a menos que gere emprego e contribua para a redução da pobreza e das desigualdades. Kalecki e Seers estiveram entre os primeiros economistas a assinalar, nos anos 60, a necessidade de se analisar o desenvolvimento econômico não só em termos de crescimento do PIB, mas também, e talvez em primeiro lugar, em termos do emprego (SACHS, 2008, p. 36).

2.2 EDUCAÇÃO:

País pequeno, relevo acidentado, recursos naturais escassos, entre outras características que podem comprometer o desenvolvimento de uma nação. Alguns países, apesar de apresentarem essas características, conseguiram atingir um alto patamar de desenvolvimento, entre outros fatores, graças a investimentos pesados e bem aplicados na área da Educação. É o caso de países como Japão e Coréia do Sul que priorizando a área do conhecimento consequentemente promoveram o desenvolvimento de outras áreas, principalmente a produção científica e tecnológica. Criticando a inépcia dos países em desenvolvimento, Veiga diz que:

O principal vírus que dissemina a inviabilidade econômica da grande maioria dos países “em desenvolvimento” atende pelo nome de miséria científico-tecnológica. Destacou ainda que a demanda por produtos serviços de alta tecnologia cresce numa proporção cinco vezes maior do que a de matérias-primas (VEIGA, 2010, p. 23).

Para contextualizar melhor voltemos à Tabela 1, onde percebe-se que no município de São Caetano do Sul – SP, que detém status de melhor IDHM do Brasil, é evidente o elevado índice de alfabetização (93,2%).

Pode-se observar que os municípios com alto índice de população alfabetizada como Florianópolis e São Caetano do Sul, 91,4% e 93,2%, têm IDHM 0,847 e 0,862 respectivamente, mais elevados. Não por acaso, o maior índice de população alfabetizada também eleva o índice de pessoas ocupadas. Esses índices são evidências da importância do fator Educação para o desenvolvimento econômico de qualquer nação.

A Educação é um fator gerador não apenas de conhecimento, mas também de oportunidades que certamente se converterão em bem estar social. Através da Educação países que já tiveram indicadores sociais semelhantes aos do Brasil gozam de privilégios que são características de nações que investem em Educação. Pode-se considerar que a Educação é uma riqueza “infurtável”, pois é algo que não pode ser simplesmente levado, é uma competência individual e que, quando massificada, fortalece a nação, tornando-a imune às enfermidades que acometem os que estão vulneráveis.

No entanto, a massificação da Educação deve primar por um processo de qualidade, sob pena de os investimentos serem desperdiçados em nome de dados estatísticos. Deve-se pensar em Educação a longo prazo, pois as ações implementadas hoje, principalmente se forem efetivas, certamente só se farão sentir em um período distante, talvez na gestão do outro gestor.

A Educação pode proporcionar bem estar social não apenas pelo fato de as pessoas poderem exibir seus conhecimentos, mas, principalmente por dificultar a alienação, uma vez que as habilidades desenvolvidas aumentam a capacidade de discernimento, de compreensão dos direitos e de competir por uma colocação no mercado de trabalho. O emprego público à custa de apadrinhamento político é uma forma de alienação, mas a Educação tem o poder de proporcionar competitividade às pessoas, de eliminar o foço que separa uma minoria rica da maioria que vive à margem.

O investimento em Educação é um processo que requer um horizonte de planejamento longo e talvez esse fator desmotive os gestores a agirem nesse sentido. Sabendo que os resultados só virão após o fim da sua gestão o gestor público detentor de cargo eletivo,

atendendo anseios imediatistas, privilegia ações pontuais que proporcionam visibilidade rápida em detrimento de uma ação duradoura.

A Educação é uma referência para os países que buscam sustentabilidade para o processo de desenvolvimento, o aporte de conhecimento é importante para sustentar as ações de políticas públicas, como, por exemplo, na área da saúde, onde as pessoas tendo conhecimento de ações profiláticas podem prevenir doenças. A produção de conhecimento científico é determinante para a elaboração de teorias em todas as áreas do conhecimento, e isso dará base para a maior produtividade e utilização mais racional de recursos naturais, financeiros e humanos.

A Educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e autoestima. É claro que tem também um valor instrumental com respeito à empregabilidade (SACHS, 2008, p. 39).

2.3 MEIO AMBIENTE

Na década de 1970, mesmo período em que ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, o Brasil implementou um grande programa de expansão que visava o povoamento e desenvolvimento da Amazônia. Era um projeto que ia à contra mão do que já estava sendo preconizado para o desenvolvimento sustentável. Para tanto financiou grandes empreendimentos agropecuários através de empresas nacionais e multinacionais. Essas empresas eram incentivadas, através de financiamentos públicos, a desmatar em grande escala para construir pastagem para a criação de gado. É um contra senso, mas, na contra mão do que já era preconizado, o Brasil estava buscando um crescimento lançando mão de um recurso valioso que poderia ser explorado de forma racional e sustentado, e que poderia, a longo prazo, se converter em uma riqueza perene.

Pouco tempo depois, já havia outra concepção acerca dos recursos ambientais, tanto que essas questões já estavam sendo discutidas com mais intensidade e levadas em consideração pelos governantes, ainda que esbarrando na ganância e ignorância por parte dos que enriqueceram em função da exploração desses recursos.

A Constituição, pela primeira vez na história constitucional brasileira, passou a dedicar todo um capítulo ao meio ambiente, assegurando a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput). (PÁDUA 2009, p. 225)

Atualmente, investem-se em fiscalização, equipamentos modernos, programas de recuperação de áreas degradadas, como forma de minimizar os impactos provocados pela devastação ambiental.

De acordo com a CMMAD-Comissão Mundial sobre Direito Ambiental Desenvolvimento (1988, p.40):

O desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora; o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não leva em conta as consequências da destruição ambiental. Esses problemas não

podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas. Eles fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito.

Ainda que não lhe seja dada a devida importância, a questão ambiental é uma condição imposta ao desenvolvimento econômico, principalmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992, e que é considerado um marco no processo de validação desse pressuposto. Sabe-se que as visões extremadas não levam a um consenso sobre o tema, pois, de lados opostos, os ambientalistas radicais pregam a preservação do meio ambiente e, representantes do capital financeiro buscam o lucro a qualquer custo, ainda que seja às custas da utilização irracional dos recursos naturais. A busca pelo equilíbrio dessas visões proporciona a utilização de recursos naturais em prol do desenvolvimento econômico e de forma racional.

Essa nova maneira de perceber as soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas à degradação do ambiente físico e biológico, mas que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social, é o que vem sendo chamado de desenvolvimento sustentável (BARBIERI, 2011, p.12).

Pádua considera que:

O crescente nível de consenso científico acerca do aquecimento global e das emissões de gases de efeito estufa como sua causa fundamental está exigindo que o tratamento das questões ambientais assumam um patamar inédito de atenção por parte dos governos e dos povos. Esse consenso não apenas coloca no mesmo nível de importância dos grandes temas do crescimento econômico, do combate à miséria e às desigualdades regionais, da segurança internacional, como requer o envolvimento das sociedades em geral, e não apenas de núcleos especializados e de ativistas do movimento ambiental. (PÁDUA, 2009, p. 237)

A ECO 92 foi um marco principalmente para os países em desenvolvimento. Não há como se chegar ao pleno desenvolvimento econômico sem considerar desenvolvimento sustentável do meio ambiente, são dois fatores que não podem ser pensados separadamente. É o que também acredita Barbieri, que diz que deve-se tratar conjuntamente o meio ambiente e desenvolvimento. Este são considerados inseparáveis, como o verso e o reverso de uma mesma moeda. Isso significa se distanciar das propostas do desenvolvimento tradicional, que pode ser como um predador da natureza, sendo excludente e, por isso mesmo, gerando profundos desequilíbrios sociais e regionais. (BARBIERI, 2011)

Os recursos naturais são um importante aporte, porém não renováveis, que se converte em aporte de capital ao ser explorado, ainda que essa exploração seja indireta. Não há projeto que possa ser desenvolvido sem que haja a utilização dos recursos naturais, em maior ou menor proporção. Esses recursos são considerados não renováveis em função da incapacidade de a natureza renovar seus estoques na mesma medida em que são demandados pela sociedade.

Todos os documentos produzidos a partir da Rio-92 passam a destacar a relação estrutural entre crise ecológica e economia, assim como a necessidade de os países ricos (Norte) assumirem a responsabilidade diante da crise ambiental que ajudaram a criar nos países pobres (Sul). Explicita-se que os benefícios do desenvolvimento não são distribuídos equitativamente e a disparidade entre ricos e pobres criou um fosso intransponível para uma proposta consensuada de sustentabilidade planetária. (PÁDUA, 2009, p. 251)

É indiscutível que o meio ambiente preservado proporciona bem estar, na medida em que oferece uma vista privilegiada da paisagem, alimentos extraídos da natureza ou cultivados em solos não degradados, água potável, madeira, minérios, entre outros elementos para a transformação. O meio ambiente é responsável por atender às demandas geradas em função das atividades humanas, portanto o capital financeiro deixaria de ter valor a partir do momento em que não for mais capaz de comprar elementos oriundos na natureza, simplesmente por estes já não estarem mais disponíveis ou, ainda que estejam, não estarem em conformidade para a sua utilização. Então, é indispensável que ocorra o equilíbrio entre o crescimento do capital financeiro e a utilização dos recursos ambientais.

2.4 SAÚDE PÚBLICA

Este é, talvez, o tema mais recorrente da mídia brasileira, visto que atualmente o país passa por um “apagão” na qualidade da prestação desse serviço. A população está sofrendo com os problemas básicos como a falta de medicamentos, falta de leitos para internação, falta de exames simples, e ainda outros de ordem mais complexa como a falta de UTI, equipamentos para diagnóstico e para realização de tratamento doenças graves estragados.

A saúde é condição essencial para uma vida longa e saudável, para bem estar de qualquer cidadão, pois além da cura pode prevenir doenças antes que elas acometam as pessoas. O acesso a um serviço de saúde de qualidade traz tranquilidade para que as pessoas sintam-se seguras, pois se concentrarão apenas nas questões diretamente relacionadas à doença, não sendo necessário se desgastar mais ainda com questões que supostamente não deveriam ficar evidentes para o paciente.

A OMS define saúde como o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças. A VII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, propôs o entendimento do conceito de saúde, realizada em 1986, propôs o entendimento do conceito de saúde como a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde (PHILIPPI JR., 2005, p. 19).

Saúde pública pode ser abordado considerando dimensões distintas. Considerando a dimensão ambiental, é um elemento de bem estar que está sob o risco de ser comprometido pela degradação dos os elementos que constituem a natureza, como: água, ar e terra. “Os níveis de poluição atmosférica têm se apresentado críticos em diversas partes do mundo, principalmente em áreas urbanas. O Relatório de Desenvolvimento Mundial, de 1992, identificou a poluição por material particulado como uma grande ameaça à saúde pública” (PHILIPPI JR., 2005, p. 19).

Partindo para a dimensão de políticas públicas, considera-se que atualmente este é o elemento que talvez gere os debates mais acalorados. Não por acaso, pois as evidências são recorrentes tanto para quem procura os serviços de saúde pública quanto para quem acompanha as informações através dos meios de comunicação.

Segundo dados do Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS), o Tocantins é o 2º estado brasileiro que mais destina recursos próprios para a saúde. É também o 6º com o maior investimento *per capita*.

Os números evidenciam uma incapacidade de gerir de forma eficiente os recursos destinados à pasta. Como se não bastasse as pessoas passando por tanta dificuldade ao procurar o serviço público de saúde ainda tem que tentar entender como se dá o uso desses recursos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a pesquisa conclui-se que o bem estar social é uma condição que pressupõe mais que o simples crescimento econômico. Um elevado PIB *per capita* não representa o bem estar nem tampouco significa que a coletividade está sendo beneficiada por ela. Se essa riqueza não for efetivamente distribuída e não contribuir para a erradicação das desigualdades sociais servirá apenas para subjugar ainda mais a população menos favorecida aos desmandos de uma minoria que se fazem legítimos principalmente através de cargos eletivos. Destacou-se então, alguns elementos que são considerados pressupostos, ou seja, condição básica ao desenvolvimento econômico: emprego, educação, meio ambiente e saúde. Isso não significa que essa condição se restringe a apenas esses elementos, mas que no atual contexto são marcantes.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente:** as estratégias da Agenda 21 / José Carlos Barbieri. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. – (Coleção Educação Ambiental)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico.** Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, Estado-nação e sociedade.** Versão de 5 de maio de 2012, submetida a *Dados*.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade.** Manual de economia, 2002. Disponível em: http://www.fea.usp.br/feaecon/media/livros/file_529.pdf

CARDOSO, Adalberto. **Uma Utopia Brasileira:** Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar Numa Sociedade Estruturalmente Desigual. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 4, 2010, pp. 775 a 819.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum.** 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

GODOY, Arilda Schmidtd. Estudo de caso qualitativo. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. (Org.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais:** paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

PÁDUA, José Augusto. **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente/José Augusto Pádua,** organizador. – Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009.



PHILIPPI JR. Arlindo. **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável** / Arlindo Philippi Jr. – Barueri, SP: Manole, 2005.

SACHS, Inacy. 1927. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado** / Inacy Sachs. – Rio de Janeiro: Garamamond, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus. **Indicadores de Desenvolvimento Econômico**. Desenvolvimento Econômico. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VEIGA, José Eli da. 1948 - **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI** / José Eli da Veiga. – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.